

**DISSECANDO NARRATIVAS: CONFLITOS AMBIENTAIS E TRAJETÓRIAS
INDIVIDUAIS E COLETIVAS NO PROCESSO DE INSTITUIÇÃO
AUTÔNOMA DA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM EM SÃO
LUÍS, MARANHÃO (1996 - 2015)**

Tayanná Santos de Jesus Sbrana
Doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA)
santostaay@gmail.com

INTRODUÇÃO: POVOANDO CATEGORIAS

No Brasil, desde 1970, uma série de projetos governamentais foi implementada em regiões como Norte, Nordeste e, especialmente, Amazônia brasileira, que possuíam, conforme o discurso governamental (e hegemônico), a característica comum de serem desprovidas de desenvolvimento, embora fossem aptas para tanto, contando com uma *vocação natural*: profundidade portuária, cursos de rios navegáveis, vastas terras vazias de gente e, acrescentemos, de sentido (PORTO-GONÇALVES, 2015; SANT'ANA JÚNIOR et Al., 2009). Tais noções acompanham estas regiões desde muito tempo, projetando para os locais estratégias de transformação diversas (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Como palavra e gesto mágicos, o *desenvolvimento* acompanha o cotidiano das sociedades contemporâneas. Filho do progresso, sinônimo de avanço, melhorias e transformações benéficas, sua face catastrófica tornou-se simples consequência menor para o todo. Dessa forma, a transformação de realidades distintas é impulsionada, legitimada pelo imaginário desenvolvimentista que é parte de nossa realidade social, povoando pensamentos e projetos de vida (ESTEVA, 2000; SBRANA, 2017). Da *necessidade* de transformação surgem conflitos entre grupos sociais, especialmente aqueles que partilham de modos de vida diferenciados, mesmo com o avanço e englobamento destes pela sociedade capitalista envolvente (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Falamos de *povos e comunidades tradicionais*, *povos indígenas*, *quilombolas*, entre outros, categorias históricas povoadas por gentes e sentidos ao longo do tempo.

Neste artigo, nossa proposta é narrar um processo de luta e resistência de doze comunidades identificadas como tradicionais em São Luís-MA¹, que vivem na Zona

¹ Na ilha do Maranhão (composta pelos municípios São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), estão localizadas Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, parte de Cajueiro

Rural II do município e pleiteiam há mais de dez anos a criação de uma unidade de conservação (UC) para salvaguardar seu modo de vida tradicional frente ao avanço de empreendimentos industriais, como a mineradora Vale S/A, a siderúrgica Alumar/ALCOA, o Porto do Itaqui, o complexo portuário da empresa WPR/WTorre, e uma série de projetos advindos de governos e empresas (SEDINC, 2013). A Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim ainda não foi instituída juridicamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) devido a impedimentos advindos de distintos governos estaduais², mas foi criada politicamente por seus membros desde 15 de maio de 2015, e esta *autocriação* é aqui entendida como um processo autônomo e autogerido, acionando conceitos como autonomia e soberania popular.

Nesta narrativa, as categorias são povoadas, as instituições são criadas e conquistadas – um processo construído por agentes sociais individuais e coletivos ao longo do tempo³. Enfocaremos experiências individuais e coletivas de resistência ao apagamento de um modo de vida, o que nos servirá de base para delinear um *povoamento de categorias* (CUNHA; ALMEIDA, 2009), compreendido a partir da luta por criação de unidades de conservação no Brasil, a qual remonta à luta dos seringueiros no Acre e à Assembleia Nacional Constituinte, culminando na promulgação da Constituição Federal de 1988. E ainda, a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁴, que adveio de lutas como a já referida dos seringueiros, a partir do qual se constitui a categoria *unidade de conservação*, desdobrada em várias outras, como reserva extrativista, reserva biológica, parque nacional, etc.

A partir deste raciocínio, compreendemos que os grupos sociais inicialmente deslocados de suas próprias definições acabaram convertendo-as em bandeiras mobilizadoras, ressignificando-as em meio a lutas por sentidos que resultaram em processos de legitimação (BOURDIEU, 2011; 2012). Acompanhando a intrusão nos

(Parnauçu), parte de Vila Maranhão (Porto das Arraias); na ilha de Tauá-Mirim (pertencente ao município de São Luís), temos Jacamim, Portinho, Embaubal, Amapá, Ilha Pequena e Tauá-Mirim.

² Serão relatados no decorrer do artigo.

³ Identificamos os agentes em três grupos abrangentes: *Comunidades, Empresas e Governos*. No primeiro, os agentes advêm das comunidades rurais e de grupos parceiros, como sindicatos, instituições educacionais, etc.; o segundo é composto por representantes empresariais ligados a sindicatos patronais, federações e entidades semelhantes a estas; o terceiro é constituído por representantes governamentais que compõem as secretarias de governos municipais, estadual e federal, partidos, movimentos sociais, ONGs, institutos de pesquisa, dentre outros. Observamos que os agentes de um grupo podem interagir em outro(s) grupo(s), pois o campo dos conflitos é complexo, contudo, no decorrer do tempo, os agentes de um grupo tendem a fixar-se em um apenas, como é o caso do grupo *Empresas* comparado ao grupo *Comunidades*.

⁴ Criado pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

territórios (HAESBAERT, 2014), os grupos sociais passaram a acionar estratégias de sobrevivência como a busca pela instituição de uma unidade de conservação na Zona Rural II de São Luís-MA. A saber, os grupos sociais possuem distintas nomeações ligadas aos processos históricos de constituição de seus modos de vida e, nessa disputa, agem por meio das nomeações (BOURDIEU, 2011), nas quais encontram-se projetos de ação, permeados por representações acerca do desenvolvimento, do que é rural e urbano, do capitalismo e não capitalismo, do progresso e estagnação, entre outras noções orientadoras. Este acionamento de definições é sintomático da historicidade dos agentes e, principalmente, do processo.

Dividiremos o artigo em duas partes. A primeira será composta por uma narrativa que busca contar o processo de reivindicação da RESEX de Tauá-Mirim e a culminância na instituição autônoma da unidade de conservação, em 2015. Nesta parte, apresentaremos informações provenientes de documentação jurídica, especialmente o *Processo nº 02012.001265/2003-72, que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*⁵ e bibliografia especializada. E a segunda, como parte final do artigo, é marcada por um recorte micro, porém abrangente, nela constando uma abordagem de trajetórias individuais que compõem as disputas em torno de um mesmo espaço. As duas partes têm como fio condutor o processo de resistência das comunidades, exemplificado na trajetória de alguns de seus membros e parceiros, em suas contradições e conflitos, produzindo respostas distintas.

A RESEX DE TAUÁ-MIRIM NO TEMPO E NO ESPAÇO (1996-2015)

O período ao qual remetem os entrevistados em seus processos de rememoração do conflito é a década de 1970. De acordo com os dados disponíveis no Processo nº 02012.001265/2003-72 (MMA, 2015), algumas associações de moradores das comunidades foram criadas a partir deste período, com a nomenclatura *união* ou *associação*⁶. Nesta mesma década, iniciaram-se as primeiras especulações e análises visando a constituição do futuro Programa Grande Carajás⁷. Em 1980 surgiram as

⁵ Composto por seis volumes, alocado no Ministério do Meio Ambiente (MMA). Acessamos sua cópia disponível digitalmente pelo ICMBio em São Luís, MA. Utilizaremos MMA, 2015 como sua referência geral e citaremos as fontes ligadas a documentos no interior do processo quando forem referidas literalmente.

⁶ Como a União Beneficente dos Moradores do Coqueiro (1970); a União de Moradores do Bairro Tauá-Mirim (1976); e a Associação de Moradores do Taim (1987).

⁷ O PGC iniciou-se em 1980 (Decreto-lei nº 1.813, de 24.11.1980 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387), porém não existe um documento que delimite seu encerramento. Trabalhamos com a hipótese de que foi extinto em 1990 a partir do desmembramento em programas regionais (Decreto nº 99.353, de

discussões a respeito de garantias da posse das terras comunitárias, e começou-se a buscar a titulação das localidades. Neste mesmo ano, o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) foi instituído⁸. Na memória social de membros das comunidades, os *mais velhos*⁹, estes momentos são lembrados como o início dos confrontos entre “pequenos e grandes” (JESUS, 2014).

Neste período, foram instaladas empresas como o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR/Alcoa); em 1984, a Estrada de Ferro Carajás (EFC), com funcionamento iniciado em 1986; e o Terminal Portuário Ponta da Madeira, inaugurado em 1987, ambos da Companhia Vale do Rio Doce, atualmente Vale S/A (MMA, 2015). As articulações entre as comunidades rurais de São Luís começaram a ganhar contornos como o da preservação ambiental, observando que nesta década o debate ecológico ganha força e adesão no Brasil (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Como exemplo, em 1985 ocorreu uma reunião entre os moradores da comunidade Jacamim na qual se comprometeram a lutar pela preservação ambiental dos recursos da ilha de Tauá-Mirim, coibindo o desmatamento e o uso do fogo indiscriminado (MMA, 2015).

Durante a década de 1990, a resistência aos grandes projetos adquiriu outras dimensões, com discussões em espaços comunitários. Movimentos sociais foram fundados, como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e o Fórum Carajás. De acordo com os relatos disponíveis no *Laudo Sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim* (IBAMA, 2006; 2007), nesse período iniciou-se a formação de lideranças comunitárias, relacionada, dentre outros aspectos, ao surgimento dos primeiros problemas ambientais¹⁰, como os de saúde em funcionários da ALUMAR. Buscou-se criar um fundo para fomentar alternativas produtivas para os pescadores e a

27.06.1990). Para Sant’Ana Júnior (2013), o fim deu-se em 1990 (Decreto nº 99.353, de 27.06.1990). Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), com o Plano Nacional de Desestatização, a tendência do fim dos grandes projetos foi confirmada.

⁸ Decreto estadual nº 7.632 de 23 de maio de 1980.

⁹ Pessoas consideradas influentes localmente por deterem um saber tradicional. Na maioria dos casos, têm idade igual ou superior a 50 anos.

¹⁰ Operamos com a seguinte definição para *conflitos ambientais*: “Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004: 26). Por isso, inclui-se os problemas de saúde derivados da poluição emitida por indústrias.

criação de uma área protegida, a partir de acordos de pesca ou unidades de conservação, pois tornaram-se frequentes os deslocamentos compulsórios¹¹.

Segundo Alberto Cantanhede, o Beto do Taim¹², em 1996, iniciaram-se as discussões a respeito de criação de uma reserva extrativista a fim de proteger as terras comunitárias rurais e o modo de vida (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009). Inicialmente, a proposta restringia-se às comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, Cajueiro e Vila Maranhão, todas situadas na Ilha do Maranhão, município de São Luís. A partir dos anos 2000, os debates foram direcionados ao cumprimento das diretrizes dispostas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com abaixo-assinados e reuniões.

Em 2002, pelo Decreto Estadual nº 18.842, ficou estabelecida uma área de 17.776 hectares dentro de um perímetro de 70.075 metros como Zona Rural. Posteriormente, em 2003, a União de Moradores do Taim encaminhou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – órgão responsável no momento pelos levantamentos para criação de unidades de conservação – um abaixo-assinado contendo 137 assinaturas solicitando instauração do processo visando a criação da Resex do Taim, primeira denominação da UC. A partir daí, em 2004, foi efetuado levantamento socioeconômico e biológico, com visitas da equipe de analistas ambientais do IBAMA, em 2005, às comunidades Taim, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande e Cajueiro. Em 2006, foi finalizado o levantamento e em junho do mesmo ano foi produzido o *Lauda sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim*, contando com as comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro e Cajueiro como a área pleiteada (MMA, 2015).

Neste período (2004 e 2005), a tentativa de implantação de um polo siderúrgico na Zona Rural de São Luís por parte da prefeitura coadunada a setores da indústria maranhense e internacional, além do governo estadual, foi motivo para mobilização de grande envergadura entre as comunidades e outros setores, como sindicatos, movimentos sociais, instituições educacionais e partidos políticos. Esta mobilização também contribuiu para que as comunidades reunidas em torno da

¹¹ É “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos” (ALMEIDA, 1996: 30).

¹² Pescador, liderança comunitária do Taim e militante do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

efetivação da Resex do Taim ampliassem sua resistência (CARVALHO, 2009). Nas memórias locais, este período é lembrado como de grandes lutas e de afirmação enquanto comunidades rurais.

Em setembro de 2007, o processo foi encaminhado ao Instituto Chico Mendes (ICMBio/MMA), a partir de então responsável por tais demandas, e nele consta até a atualidade. É a partir deste ano que outras instituições ligadas a representantes governamentais e empresariais manifestam posicionamento contrário à reserva, com a solicitação de reavaliação do processo e definição de pauta de audiências feita por representantes da SINC, em abril de 2008, alegando que o governo não foi acionado. O campo de conflitos ganha contornos mais nítidos, embora, antes, só conseguíssemos vislumbrar os grupos em disputa.

Em 2008, outro agente adentra no conflito. O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador Alexandre Soares, passou a averiguar a alegada demora no processo de criação da UC, embora o MPF já atuasse na região (Alexandre Soares, 2016)¹³. Em setembro daquele ano o processo foi encaminhado ao MMA e posteriormente à presidência da República, com preparação do decreto de criação (MMA, 2015). Pareceres favoráveis da Advocacia Geral da União e da Diretoria de Unidades de Conservação e Uso Sustentável e Populações Tradicionais do ICMBio foram recebidos. Em novembro de 2008, o Departamento de Áreas Protegidas e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA apontaram a existência da Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul, o que impediria a utilização do mesmo nome em outra UC. O órgão sugeriu a alteração para *RESEX de Tauá-Mirim*, que foi aceito (MMA, 2015).

Contudo, outros impedimentos paralisavam a criação da Resex, como o parecer favorável do governo estadual do Maranhão, que ainda hoje é o principal empecilho para a criação jurídica da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Ressaltamos que, no SNUC, o parecer não é previsto como condição indispensável, mas em 2008 este quesito *político* foi considerado importante, para evitar possíveis conflitos nos estados. O MMA, nesse intuito, fez o pedido de manifestação ao governo do Maranhão em 09 de julho de 2009 e em 2010 foi instaurado inquérito civil público para apurar a demora no processo de implementação da Resex de Tauá-Mirim (MMA, 2015). Em 2011, um

¹³ Faremos referências a entrevistas realizadas por nós com a indicação do nome do entrevistado e do ano da entrevista. Os detalhes das entrevistas encontram-se na Referências Bibliográficas.

ofício foi enviado ao MMA pela então governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), expondo os interesses do Estado na região pleiteada. Segundo o ofício, havia conflitos entre projetos industriais e portuários e a proposta de unidade de conservação, expressando-se o pedido de que não fossem tomadas decisões relativas à UC – diga-se, sua aprovação – antes de receber análises do governo estadual referentes a projetos instalados e em vias de instalação na área, “para que a necessária conservação da biodiversidade e do modo de vida das populações tradicionais não prejudique o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão” (Ofício nº 061/2011-GG).

A oposição entre os termos *conservação, biodiversidade, modo de vida das populações tradicionais e desenvolvimento econômico do Maranhão* é, para nós, uma síntese da oposição entre projetos distintos para um mesmo espaço. Neste trecho percebemos que o desenvolvimento é apresentado como horizonte – “para que [...] não prejudique” – tanto na conservação do modo vida tradicional quanto na conservação do Maranhão enquanto Estado. Este jogo de palavras delinea um sentido historicamente formulado de que o desenvolvimento não pode ser barrado. A saber, a recusa da governadora foi formalizada a partir de uma análise técnica em 2013, construída por grupo técnico da SEDINC.

Para conciliação, foi realizada reunião entre os interessados no processo em 24 de fevereiro de 2012, que resultou em novas vistorias para readequar a área de acordo com os interesses das comunidades, dos empreendimentos e do Estado. Foi realizado sobrevoo (27.03.2012), vistoria marítima (28.03.2012), vistoria por terra e reuniões nas comunidades (29.03.2012), além de reunião conjunta na sede do CNPT/ICMBio em São Luís (30.03.2012). Após isto, foi produzido o Laudo Técnico nº 07/2012 a partir do MPF com a redefinição da área da unidade de conservação, no qual foram elencadas informações que demonstram os resultados de um processo demorado num espaço de conflitos, como o alto grau de antropização no Cajueiro, derivado do acelerado processo de ocupação humana, descaracterização do ambiente natural e com parte da comunidade não enquadrando-se no extrativismo ou pesca.

Em 2013 iniciou-se o processo de licenciamento ambiental do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) e, neste mesmo ano, a representante do governo estadual enviou nova carta ao MMA informando do *problema*, para o Estado, que implicaria a criação da Resex de Tauá-Mirim. Naquele mesmo ano, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) passa a compor o grupo dos opositores à

criação da UC. Segundo o que consta no Processo nº 02012.001265/2003-72, representantes desta instituição juntamente a agentes do governo estadual comprometeram-se a apresentar alternativas à Resex de Tauá-Mirim, recusada enquanto possibilidade pelo governo estadual. O procurador Alexandre Soares (2016) afirmou, referindo-se ao período pós 2012, que adentrou-se em uma fase de conciliação, na qual os interesses do governo estadual, em claro choque com os interesses comunitários e em articulação com os interesses empresariais, passam a suplantar as reivindicações anteriores, promovendo “medidas paliativas”, como a criação de políticas públicas ao invés da criação da Resex.

Mediante isso, em 2015, membros das comunidades e grupos parceiros traçaram estratégias de mobilização, como visitas às pessoas de todas as doze comunidades componentes da UC a fim de convidá-las para discussões e enfrentamentos, especialmente para a realização de uma assembleia popular em 15 de maio de 2015, a fim de debater o contexto atual da Resex de Tauá-Mirim, com estratégias de ação, como o conhecimento dos documentos e manifestações do processo administrativo e do processo judicial (justiça federal); exigência de novo posicionamento do atual governo do Estado – agora representado por Flávio Dino (PCdoB) a respeito da Resex; mobilização de cada comunidade, prestando esclarecimentos e fortalecendo o espírito de luta e união pela defesa do território; dar visibilidade à Resex em toda São Luís; envolvimento da juventude; articulações locais e nacionais, entre outras (VAZZI, 2015).

No decorrer da assembleia popular, também foi tomada a decisão de criar a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, demarcando seus limites, escolhendo seus representantes e a auto intitulado. Num ato coletivo, a Resex foi criada, seu conselho gestor instituído e em 2017 o seu estatuto elaborado. O resultado atual deste processo foi a conquista por meio da resistência e da criação autônoma de uma unidade de conservação, considerados todos os aspectos e passos futuros neste sentido, mediante a série de recusas e impedimentos relatados. Ao longo do tempo, a resistência ampliou-se e foi compreendida pelos agentes de formas particulares, que veremos a seguir.

NARRATIVAS RESISTENTES

Apontaremos impressões a partir da análise de entrevistas, para exemplificar uma resistência de dura mais de dez anos. Trabalhando com esses *relatos de vida*, surge

a necessidade de compreendê-los como “um acontecimento de palavra que convoca uma complexidade dialógica e existencial” (ARFUCH, 2010: 258). É um trabalho sobre a diferença

que leva ao reconhecimento do ‘enunciado autoral’ e, portanto, à autorreflexão sobre os modos de assumir e retomar a palavra do outro [...] a partir de uma posição de autoridade centrada, monológica, ou da permissão de assomar a multiplicidade de línguas e vozes, deixando ‘*apalpar* (no enunciado) *o corpo do discurso alheio*’ (ARFUCH, 2010: 260).

Gostaríamos de destacar que a experiência no interior de um conflito produz significados singulares para os indivíduos, especialmente porque os agentes acabam lidando com realidades distintas das suas, dispensando um tempo além do que possuem em questões fora de suas comunidades, em instituições às quais passam a se adequar para realizar suas demandas. Contudo, essa escolha, imposta ou não pelo contexto, leva a conflitos familiares e internos às comunidades. Com o passar dos anos, e durante o tempo de espera pela instituição jurídica da reserva extrativista, as pessoas perderam amigos e familiares, aprenderam a lidar com outras linguagens que não as suas, a caminhar por outros lugares onde sua presença talvez não fosse aceita e a gritar mais alto para serem escutadas. E, nesse sentido, as entrevistas coletadas durante seis anos de pesquisa (2011 a 2017) sempre assumiram um caráter autobiográfico, o que chama nossa atenção profundamente. Por que contar sua história de vida, ao invés da história da comunidade ou da luta pela RESEX? Talvez porque a resistência assume, para essas pessoas, o significado de uma vida inteira.

Iniciaremos com duas entrevistas realizadas em 2013 e em 2014 com Maria Máxima Pires¹⁴. Seu relato, assim como os dos outros entrevistados, foi instigado por perguntas gerais ligadas ao contexto de conflitos contemporâneo e, especialmente, à indefinição no processo de criação da Resex de Tauá-Mirim. Ela, na primeira entrevista, relatou em tom autobiográfico os eventos que considera relevantes para seu processo de formação enquanto liderança comunitária e chefe de família, como a trajetória de seu pai, o Seu Januário. Percebemos, no relato, aspectos ligados à interação entre as comunidades: “No tempo do meu pai”, afirmou, “havia festejos nas comunidades da ilha de Tauá-Mirim, e ele, que era músico, tocava nessas festas, ficando por lá de três a quatro dias” (Maria M. Pires, 2013). O ir e vir das escolas, marcado pelas grandes distâncias, também lembrado pela liderança, talvez perdure, mas com outros significados: se antes a ida à escola ou ao centro era feita a pé, por canoa ou por

¹⁴ Dona de casa e liderança da comunidade Rio dos Cachorros. Também conhecida como Dona Máxima.

carroças, hoje, por conta do tempo que os ônibus levam para chegar às comunidades¹⁵ ou pela ausência de transporte fluvial em comunidades mais afastadas, essas idas tornam-se longas e um pouco mais desesperadoras, pois surge o questionamento de que se existem tecnologia, transportes e desenvolvimento, por que não chegam em Rio dos Cachorros?

Em 2014, o processo de resistência possibilitou o acionamento de novas ferramentas, como a tentativa de delimitar a existência da comunidade a partir da idade de seus membros mais velhos, como os da família Pires – a mesma de Dona Máxima. Durante uma conversa conjunta com quatro senhoras¹⁶ desta família, percebemos a necessidade de construção constante de métodos e ferramentas novos durante um processo reivindicatório tão longo, já que as antigas estratégias vão se desgastando com o tempo, assim como as pessoas. Naquele momento, a busca era saber há quanto tempo as comunidades existiam, pois afirmava-se serem posteriores aos grandes projetos, instalados a partir de 1980 (SBRANA, 2017).

Alguns agentes reconhecem-se enquanto “pessoas de fora” e buscam atuar em prol das comunidades a partir de seus lugares sociais. O advogado Guilherme Zagallo¹⁷ atua na Zona Rural desde o período de quase instalação do Polo Siderúrgico (2004/2005), e esta referência temporal é observável em suas análises do processo¹⁸. Enquanto advogado trabalhista, adentrou em espaços como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos, círculos acadêmicos e a própria Zona Rural de São Luís, o que lhe possibilitou compreender os conflitos a partir da junção entre saber científico e popular. Além disso, foi funcionário da empresa Vale S/A e isto lhe possibilitou um conhecimento dos dados relativos a empreendimentos, empregos e poluição que utiliza em suas reivindicações.

Segundo o entrevistado (Guilherme Zagallo, 2016), ele conhecia a situação da Zona Rural, mas não possuía relação próxima, de convivência, a qual foi adquirindo com o passar dos anos, ao ponto de ser, na atualidade, uma das referências quando se trata dos conflitos ambientais na região. Ressaltamos que a linguagem que utiliza é um fator importante em sua atuação, já que seu capital acadêmico o permite transitar em

¹⁵ A cada uma hora durante a semana e a cada duas horas nos fins de semana.

¹⁶ Dúlia Veras, Ieda Pires, Teodelinda de Jesus e M. Bárbara Pires.

¹⁷ Advogado e militante do Movimento de Defesa da Ilha, surgido em 2015 como resposta à tentativa de modificação de capítulos do Plano Diretor do Município de São Luís. Também compôs o Reage São Luís, durante a resistência ao Polo Siderúrgico (2004/2005).

¹⁸ Não só por ele, mas por todos os entrevistados, em graus diferentes.

outros espaços onde porventura capitais distintos estejam sendo acionados, num esforço de adequação a outras linguagens. Como é referência na reivindicação, aciona também este lugar social para apresentar suas informações, que passam a adquirir um status de válidas, pois ancoradas numa experiência individual de longa duração, verificável por lideranças comunitárias, e na validade social que possui uma informação advinda do campo técnico-científico ou acadêmico (BOURDIEU, 2012).

E os entrevistados conhecem as distinções entre os saberes. Por exemplo, Guilherme Zagallo (2016) afirmou que o primeiro movimento observável durante as disputas em torno da implementação do Polo Siderúrgico foi lançado pela Associação dos Geólogos do Maranhão, que fez “um documento mais técnico”. Questionado a respeito do documento, informou que teria sido o primeiro, sucedido por outro, “mais de divulgação, menos técnico no sentido e mais de informação mesmo pra população”, intitulado *Considerações Preliminares sobre a implantação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luís* (2004). Observe-se a oposição entre um conteúdo técnico, acadêmico e científico, de um lado, e, de outro, popular e de divulgação.

A respeito do processo compreendido como um suceder de datas e eventos, as temporalidades evocadas pelos entrevistados oscilaram. Foram remetidos tempos “imemoriais”, como o da colonização, da chegada dos primeiros moradores às comunidades (Maria M. Pires, 2013) e dos vestígios materiais (Rosana Mesquita, 2012) como origem dos conflitos; tempos dos antigos ou antepassados, como o dos pais e avós (Grupo focal, 2014) e das festas entre comunidades; da infância e juventude (Maria M. Pires, 2013; grupo focal, 2014); da chegada dos empreendimentos (Leila L. J. dos Santos e Rafaela M. dos Santos, 2012), com as primeiras mudanças na paisagem (Leila L. J. dos Santos e Rafaela M. dos Santos, 2012; Alberto Cantanhede, 2015 e 2016), nas relações (Rosana Mesquita, 2016) e, conseqüentemente, os primeiros conflitos (Alberto Cantanhede, 2016).

O tempo do Polo Siderúrgico surgiu como norteador dos relatos sobre os conflitos, seguido, em menor grau, pelo tempo da chegada dos empreendimentos relacionados ao Programa Grande Carajás ou às empresas Vale e ALUMAR. Nesse sentido, Guilherme Zagallo remeteu, inicialmente, à década de 1970 como início dos conflitos derivados de grandes projetos em implantação na região. Mas focou-se nos anos 2004, a “época do Polo Siderúrgico”. De acordo com nossa observação, este período é evocado por ser também um momento constitutivo das mobilizações mais

incisivas, de movimentos sociais, grupos e instituições que futuramente tornaram-se importantes no processo (ALVES, 2014).

Em todas as entrevistas pudemos notar uma nítida compreensão temporal a respeito do conflito. Para nós, esta percepção está ligada ao fato dos componentes do grupo *Comunidades* estarem há bastante tempo num processo reivindicatório, convivendo entre si, adentrando espaços semelhantes ou os mesmos, o que os leva a “afinar” o discurso. A complexidade dos conflitos também encontra-se neste aspecto: indivíduos que tornam-se agentes passam a falar uma mesma linguagem, evocando noções, conceitos, histórias e exemplos parecidos, o que demarca uma coesão interna que pode ofuscar as rachaduras dentro do grupo, embora existam.

Nas entrevistas realizadas em dezembro de 2016 com Rosana Mesquita e Alberto Cantanhede, pudemos perceber um desgaste, ou cansaço, das lideranças na constante evocação que ambos fizeram de um processo de renovação de lideranças, convidando ou mesmo inserindo outras pessoas, mais jovens, nas reivindicações. Temos, como exemplo, a jovem Francivania (França) Gonçalves Silva, que tem acompanhado os debates e mobilizações em prol da efetivação da Resex de Tauá-Mirim, buscando também acessar espaços como o acadêmico. Contudo, de acordo com Beto e Rosana, os jovens não se interessam pela causa, pois possuem demandas próprias como a educação e o trabalho.

A demanda de funcionários para as empresas situadas ao redor das comunidades também influencia na atuação dos jovens como possíveis lideranças. Segundo D. Máxima (SANTOS; BARBOZA, 2009: 214 - 215), com a pouca escolarização, o jovem “termina o 2º grau e vai tentar trabalhar em loja, [...] tentar vaga nessas empresas e muitas vezes não são chamados porque não tem qualificação adequada para isso [...]”. Ressaltamos que, nos últimos anos, a qualificação educacional e profissional tornou-se estratégia de sobrevivência, embora devido aos diversos impedimentos derivados de uma disputa longa e desigual que demanda esforços constantes, os objetivos não sejam alcançados integralmente.

Para praticamente todos, o momento presente é reflexo da intrusão das empresas nos anos 1970. E este tempo é pensado nos termos da luta, da reivindicação e das dificuldades, com muitas derrotas e poucas vitórias, consideradas significativas. As poucas vitórias referem-se ao impedimento de instalação de empresas na época do Polo Siderúrgico (Guilherme Zagallo, 2016), à criação recente de novos movimentos

contestatórios¹⁹, à publicação de documentos que “atestam” os dados das comunidades²⁰, à participação de membros das comunidades em eventos da academia e dos governos e às manifestações públicas noticiadas ou não²¹. É também um momento de “parcialidade das vitórias” e da necessidade de compreensão do funcionamento dos órgãos governamentais e empresas em sua totalidade, para enfrentamentos mais eficazes.

Segundo Beto do Taim, durante a luta contra a criação do Polo Siderúrgico, nas comunidades discutiu-se os certificados dos produtos da ALUMAR, pois “a ALCOA tem [inúmeros] certificados internacionais, de reconhecimento do produto, inclusive o que reconhece a boa relação com a comunidade, o cuidado com o meio ambiente, [...] nós começamos a questionar” (MIRANDA; MAIA; GASPAS, 2009: 180). A respeito da atuação do poder público, Beto do Taim afirmou que no âmbito das discussões sobre a criação do polo siderúrgico houve alguns momentos em que o poder público municipal demonstrou apoio ao grupo de empresas responsável pela criação do polo, modificando o Plano Diretor do município de São Luís para distanciar as comunidades das discussões sobre o referido empreendimento. Para ele, a Vale S.A. “não precisou nem se manifestar no processo, porque ela tinha a estrutura oficial, o que é uma contradição [...] do ponto de vista constitucional, pois o Estado é para mediar conflito [...]” (MIRANDA; MAIA; GASPAS, 2009: 177-204).

Observamos que, em relação a esta liderança, os conflitos são parte de sua vida, pois ele deixou de pescar para dedicar-se integralmente à luta, sofrendo muitas perdas. Uma destas está ligada ao seu lugar doméstico. Os espaços escolhidos pelos entrevistados para a realização das entrevistas variaram, mas possuem algo em comum: todos escolheram lugares simbólicos em que sentiam-se à vontade ou protegidos de uma “invasão” por parte do entrevistador. Para alguns, o ambiente de trabalho (Guilherme Zagallo e Alexandre Soares). Para outros, a casa ou lugares dela, como a varanda e o quintal (Rosana Mesquita e Máxima Pires). Para Beto, a escolha foi, em 2015, a frente de sua casa, e em 2016, a Escola Familiar Casa das Águas, espaço coletivo das

¹⁹ Como o Movimento de Defesa da Ilha, criado em 2015 e o Coletivo Nódia, formado por estudantes que, de forma independente, tem promovido ações na comunidade Cajueiro.

²⁰ Como os já citados *RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil* (GEDMMA, 2013) e *Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim* (GEDMMA; NEGO; NERA; NUPEDD, 2016).

²¹ Como exemplo, a passeata resultante do Seminário Internacional Carajás 30 anos (maio de 2015), com destino ao Palácio do Governo do Maranhão (Palácio dos Leões), noticiada somente pela TV Cultura.

comunidades da Resex. Talvez para ele, realmente, sua casa tenha se deslocado para um ambiente em que a intimidade não se constitui como fator preponderante, mas sim a frequência com que suas ações se materializam no lugar. Afinal, sua vida tem se desenrolado, em grande medida, neste espaço coletivo. A sua e a de muitas outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as breves informações apresentadas neste artigo, buscamos apontar a dimensão individual de uma luta que se dá em termos coletivos. Com a utilização de noções e conceitos criados a partir da luta, os agentes se apropriam e ressignificam as palavras e as ações, adaptando-se aos espaços institucionais com os quais precisam lidar e criando outros, como a autocriação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Trajetórias individuais, portanto, mesclam-se às histórias das comunidades em processo reivindicatório, aos campos em que adentram, aos discursos que produzem, e aos projetos de vida que esboçam na busca pela concretização de um território autônomo. Ainda que a experiência, ao longo dos anos, tenha demonstrado uma infinidade de impedimentos para a consolidação da unidade de conservação e, com ela, uma possibilidade de permanência no território, as expectativas, por mais variadas que sejam, oscilam entre a expulsão e a permanência, alimentada, esta última, pelo fôlego adquirido na caminhada. E nessa caminhada são construídas individual e coletivamente estratégias diversas de luta, que precisam ser consideradas como resultantes do processo histórico e da transformação dos agentes no conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização”. In: **Travessia**. maio/ agosto: 1996, pp. 30-35.
- ALVES, Élio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o movimento Reage São Luís em São Luís-MA**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Tese de doutorado. Mimeo.
- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico nas ciências sociais In ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Trad.: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 16ª ed.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papiрус, 2011. 11ª ed.
- CARVALHO, Fernanda Cunha de. Ordenamento Territorial e Impactos Socioambientais no Distrito Industrial de São Luis – MA In SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus

Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento In SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder**. Trad.: Vera Lúcia M. Joscelyne; Susana de Gyalokay; Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 8ª ed.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015. 3ª ed.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental. **Vias de Fato**, São Luís – MA, 07 ago. 2013. p. 6 – 7. (<http://www.viasdefato.jor.br>).

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. **“E deu nome a todas as coisas”**: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015). São Luís: PPGHIS/UFMA, 2017. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação In ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FONTES

CANTANHEDE, Alberto [53 anos]. [jan. 2015]. Entrevistadoras: Tayanná Santos de Jesus Sbrana e Ana Kely de Lima Nobre. São Luís, Maranhão. São Luís, 12 de jan. 2015.

CANTANHEDE, Alberto [54 anos]. [dez. 2016]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís, Maranhão. São Luís, 05 de dez. 2016.

GEDMMA. **RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil**. São Luís: GEDMMA/UFMA, 2013. Relatório socioantropológico. Mimeo.

GEDMMA; NEGO; NERA; NUPEDD. **Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: UFMA, 2016. Relatório socioantropológico. Mimeo.

IBAMA. **Laudo Sócio-econômico e biológico para a criação da RESEX do Taim**. 2006; 2007. Mimeo.

MESQUITA, Rosana [32 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Tayanná Santos Conceição de Jesus. São Luís, Maranhão. São Luís, 04 de ago. 2012.

MESQUITA, Rosana [36 anos]. [dez. 2016]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís, Maranhão. São Luís, 03 de dez. 2016.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiãna Roque da Silva; GASPARG, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim In SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

MMA; CNPT; ICMBio. **Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. 2015. 6 volumes. Mimeo.

MPF. Laudo Técnico 07/2012. São Luís, 2012 In MMA; CNPT; ICMBio. **Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. 2015. 6 volumes. Mimeo.

MPF. Ofício 061/2011-GG. São Luís, 2011 In MMA; CNPT; ICMBio. **Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. 2015. 6 volumes. Mimeo.

MPF. Ofício 07/2013-GG. São Luís, 2013 In MMA; CNPT; ICMBio. **Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. 2015. 6 volumes. Mimeo.

PIRES, Maria Máxima [54 anos]. [jul. 2013]. Entrevistadora: Tayanná Santos Conceição de Jesus. São Luís, Maranhão. São Luís, 06 de jul. 2013.

PIRES, Maria Máxima [55 anos]. [jun. 2014]. Entrevistadores: Tayanná Santos Conceição de Jesus e Bartolomeu Rodrigues Mendonça. São Luís, Maranhão. São Luís, 21 de jun. 2014.

SANTOS, Ana Maria Pereira dos; BARBOZA, Elizângela Maria. Entrevista com Maria Máxima Pires In SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus

Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Leila Letícia de Jesus [não informou a idade]; SANTOS, Rafaela Mesquita [20 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Tayanná Santos Conceição de Jesus. São Luís, Maranhão. São Luís, 04 de ago. 2012.

SEDINC; GOVERNO DO MARANHÃO. **Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. 2013.** Mimeo.

SOARES, Alexandre [40 anos]. [dez. 2016]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís, Maranhão. São Luís, 02 de dez. 2016.

VAZZI, Vivianni. **Cronologia da luta – território tradicional RESEX e comunidade Cajueiro.** São Luís: GEDMMA, 2015. Mimeo.

VERAS, Dúlia Costa [não informou a idade]; PIRES, Ieda [70 anos]; JESUS, Teodelinda de [80 anos]; PIRES, Maria Bárbara [81 anos]; PIRES, Maria Máxima [55 anos]. [jun. 2014]. Entrevistadores: Tayanná Santos Conceição de Jesus e Bartolomeu Rodrigues Mendonça. São Luís, Maranhão. São Luís, 06 de jun. 2014.

ZAGALLO, Guilherme Carvalho [51 anos]. [dez. 2016]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís, Maranhão. São Luís, 01 de dez. 2016.